

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO****(AUDIÊNCIA PÚBLICA)****REQUERIMENTO Nº ..... /2022****(Do Sr. PEDRO UCZAI)**

Requer que seja realizada pela Comissão de Educação Audiência Pública para debater o NOVO ENSINO MÉDIO e sejam convidados representantes dos órgãos, instituições e colegiados citados abaixo, para debater o Programa NOVO ENSINO MÉDIO, implementado pelo Ministério da Educação, conforme a lei nº 13415/2017, que alterou a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996).

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requiro ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública, a realizar-se em data a ser agendada, representantes dos seguintes órgãos, instituições e colegiados:

1. Ministério da Educação - MEC;
2. Conselho Nacional de Educação – CNE/MEC;
3. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE
4. União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES
5. Fórum Nacional Popular de Educação – FNPE



6. Universidade de Brasília – Observatório da Educação Básica –  
Faculdade de Educação

## JUSTIFICAÇÃO

O Programa NOVO ENSINO MÉDIO foi implementado por meio da Lei nº 13415/2017, que alterou a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996)

Conforme nota do Observatório da Educação Básica – ObsEB (2023), da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), desde o golpe que levou ao Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, no ano de 2016, vê-se as investidas do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação, no sentido de alinhar-se às diretivas de grupos políticos conservadores e de corporações empresariais do capitalismo globalizado, por meio da adoção da Emenda Constitucional 95/2016, que tem gerado privatizações, Reformas da Previdência e Trabalhista, redução do orçamento público para a Ciência e Universidades públicas, além de flexibilizar o Ensino Médio.

Ainda segundo o ObsED (2023):

*Sob os argumentos de retomada do crescimento econômico, essas medidas buscam fomentar a competitividade do país na economia globalizada e indicam adesão aos interesses do empresariado, dos grupos privados, dos financistas e dos organismos internacionais. Nesse movimento, a Reforma do Ensino Médio, articulada à Base Nacional Comum Curricular – BNCC se apresenta como política alinhada ao mercado, que repercute, no campo educacional, sua crescente tendência à privatização, no aprofundamento da dualidade estrutural, na fragmentação e no aligeiramento do currículo. Com isso, acentuam-se as desigualdades sociais e educacionais, impedindo a oferta de educação integral à juventude que estuda nas escolas públicas, contribuindo para a reprodução de uma sociabilidade orientada pela lógica de seleção e exclusão de grupos sociais populares ao direito à educação pública de qualidade.<sup>1</sup>*

Estamos em um momento, em que sindicatos de professores, movimentos estudantis, universidades e várias outras entidades da sociedade civil organizada, tem se manifestado com posicionamentos contrários à

<sup>1</sup> BRASIL. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. FACULDADE DE EDUCAÇÃO. OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em: <http://fe.unb.br/index.php/institucional/noticias/476-note-sobre-a-reforma-do-ensino-medio>. Acessado em: 17/03/2023.



Reforma do Ensino Médio, reivindicando a imediata revogação da legislação que implementou o programa, de forma intempestiva, arbitrária, sem o devido debate com a sociedade, sem diálogo com as comunidades escolares, com as representações de estudantes e professores.

Neste sentido, requeiro a aprovação e realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da Comissão de Educação, para debate e deliberações sobre o NOVO ESNINO MÉDIO.

Sala das sessões, em 17 de março de 2023.

**PEDRO UCZAI**  
**DEPUTADO FEDERAL – PT/SC**

